

As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer

P A U L O J . S . B A R A T A

Mestre em Estudos Portugueses Interdisciplinares. Bibliotecário.
Chefe da Divisão de Comunicação e Documentação da Inspeção-Geral da Educação
paulobarata2002@sapo.pt

Resumo: Procura-se traçar a história do processo de inventariação e arrecadação das livrarias e dos cartórios dos mais de 150 mosteiros e conventos femininos portugueses que se foram extinguindo após a legislação publicada na terceira década do séc. XIX. O processo teve lugar entre 1887 e 1908 e foi coordenado pela Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos. Compara-se com o processo homólogo dos seus congéneres masculinos, ocorrido imediatamente após 1834, e procura-se responder às perguntas: Quem arrecadava e como? Qual o rigor do processo? Que livros existiam e o que se lia nos conventos femininos? Abordam-se ainda as irregularidades e os descaminhos ocorridos, bem como o destino dado a outros bens móveis dos conventos femininos, designadamente, objectos artísticos, objectos litúrgicos e de culto, mobiliário e outros.

Palavras-chave: Conventos femininos, Bibliotecas conventuais, Arquivos conventuais.

Abstract: An attempt is made to describe the history of the inventory process and collection of libraries and archives of more than 150 Portuguese feminine monasteries and convents that were extinguished after the legislation published in the third decade of the 19th century. This process took place between 1887 and 1908 and was coordinated by the Portuguese General-Inspectorate of Libraries and Archives. There is a comparison with the same process occurred within their male counterparts immediately after 1834 and the paper tries to answer the following questions: Who collected and how? Was that process rigorous? Which books existed in the Nunneries and what was read? And finally, it approaches the occurred irregularities, as well as the destination of other objects, namely, art objects, liturgical and devotional objects, furniture and others.

Keywords: Nunneries, Monastic libraries, Monastic archives.

Introdução

O processo de inventariação e arrecadação das livrarias e dos cartórios das mais de centena e meia de mosteiros e de conventos femininos existentes em Portugal ocorreu entre 1887 e 1908, com maior incidência entre os anos de 1887 e 1897, e foi coordenado pela Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos, instituição criada em 1887¹ e que surge como consequência de uma reorganização global das bibliotecas e arquivos em Portugal, decidida nesse mesmo ano pelo Governo². Possuía, entre outras, a incumbência de proceder à incorporação das «[...] *bibliothecas de todos os conventos extinctos, ou que vierem a extinguir-se, e as das repartições e estabelecimentos do Estado, que deixarem de lhes ser necessarias*»³ (BN, MSS. 202, n.º 23⁴), entre os quais se

- 1 A Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos foi criada pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887. Organicamente, encontrava-se na dependência da Direcção-Geral da Instrução Pública, que integrava o Ministério do Reino. Competia-lhe, nos termos daquele decreto, «[...] a direcção, administração e fiscalização superior das bibliotecas e dos arquivos pertencentes ao Estado e às corporações e instituições sujeitas à superintendência do Estado, ou por ele subsidiadas [...]». Era dirigida por um inspector-geral, por um inspector das bibliotecas – escolhido de entre os conservadores da Biblioteca Nacional – e por um inspector dos arquivos – escolhido de entre os conservadores da Torre do Tombo. Para além das funções enunciadas, cabia-lhe ainda propor ao Governo as trocas de livros entre bibliotecas, destinadas a completar colecções; implementar um serviço de empréstimos interbibliotecas; autorizar os abates de espécies; administrar as verbas para a aquisição de livros; arrematar em hasta pública os livros necessários às bibliotecas que tutelava; assegurar o serviço de trocas internacionais das publicações oficiais; organizar os concursos de pessoal das bibliotecas sob a sua tutela; nomear o pessoal técnico das mesmas; propor os regulamentos e os procedimentos técnicos das bibliotecas e dos arquivos sob a sua tutela; publicar um boletim oficial da bibliografia portuguesa; fiscalizar o cumprimento do depósito legal; e nomear os júris dos exames das aulas de Diplomática, Numismática e Bibliografia (vd. a este respeito, para além do decreto supracitado, o manuscrito da Biblioteca Nacional com a cota MSS. 202, n.º 23 ou o manuscrito de Tomás Lino de ASSUNÇÃO existente no arquivo de Bernardino Machado, p. 22-27 – a propósito deste último vd. também a nota 4). A participação em comissões comemorativas como, por exemplo, a Comissão Colombina, que celebrou o centenário do descobrimento da América, e a edição de obras foram outras vertentes da acção da Inspeção, recorrendo, porém, sempre aos experientes e habilitados conservadores da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) e do Real Arquivo da Torre do Tombo. Não podemos – claro está – deixar de referir a notável publicação, fundamental para a História do Livro e das Bibliotecas, que foi o *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, mais tarde designado *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. A Inspeção funcionou no edifício da Biblioteca Nacional. Há inclusive alguma promiscuidade entre ambos os serviços que resulta da falta de estruturas próprias por parte do primeiro, quer logísticas – edifício –, quer humanas – pessoal: a secretária da Inspeção era comum à Biblioteca Nacional – de onde resulta que, na ausência do inspector e do subinspector-geral, a sua substituição era assegurada pelo director da BNL ou do Real Arquivo da Torre do Tombo, consoante a antiguidade. É de consulta indispensável para o conhecimento da história deste organismo a obra de Fernanda RIBEIRO, *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: Afrontamento, 2008.
- 2 Carta de Lei de 25 de Agosto de 1887 na qual se determinava «[...] proceder à organização geral dos arquivos e bibliothecas pertencentes ao Estado, e em especial do Real Archivo da Torre do Tombo e da Bibliotheca Nacional de Lisboa, bem como a reformar toda a legislação concernente a estes estabelecimentos, e a que regula a arrecadação naquelle archivo dos livros e documentos antigos [...]» (BN, MSS. 202, n.º 23 ou o manuscrito do arquivo de Bernardino Machado (vd. nota 4), p. 21).
- 3 Atribuição que se mantém no Decreto de 24 de Dezembro de 1901 com a idêntica redacção: «Fazer incorporar nas bibliothecas publicas as bibliothecas de todos os conventos que vierem a extinguir-se, e as das repartições e estabelecimentos do estado onde por qualquer motivo se tornem desnecessarias» (*Reorganização dos serviços das bibliotecas e arquivos nacionais e respectiva inspecção aprovada por decreto de 24 de Dezembro de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901, p. 9).
- 4 Vd. tb Tomás Lino de ASSUNÇÃO – *Memoria da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 2004, p. 25. Trata-se de um fac-símile da cópia autógrafa conservada no arquivo de Bernardino Machado existente na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (CMVNF). Parece reproduzir o manuscrito da BNP com a cota MSS. 202, n.º 23. O manuscrito da BNP tem inclusive notas à margem indicando o modo como a cópia deverá ser feita, o que foi respeitado no manuscrito da CMVNF. Parece, a julgar pelas rasuras existentes no fac-símile, ter sido revisto pelo autor em pequenos pormenores numéricos ou bibliográficos numa fase posterior à da cópia; os anexos referidos no texto não aparecem nem no original da BNP, nem na cópia limpa da CMVNF; há uma parte introdutória inicial no original da BNP que não aparece na cópia da CMVNF, na

contavam os conventos femininos que, sem novas admissões desde a década de 30, paulatina e naturalmente se vinham a extinguir, geralmente após a morte da última freira que os habitava⁵.

Segundo um dos seus inspectores-gerais e seu principal historiador, Tomás Lino de Assunção, a Inspeção possuía ainda «[...] muitas e importantíssimas [obrigações], embora por motivos alheios à vontade nem todas possa cumprir à risca»⁶. Entre estas avultavam, sem dúvida, as colossais tarefas de fazer transferir para a Torre do Tombo os documentos anteriores a 1834, existentes nos arquivos e cartórios das igrejas e de outras corporações religiosas, bem como de constituir um catálogo nacional das bibliotecas públicas portuguesas, projecto antigo e velha aspiração do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC)⁷, mas de execução complexa e difícil. É curioso assinalar o paralelo entre algumas das funções antes incumbidas ao DLEC e depois à Inspeção, pois a esta cabia ainda a magna tarefa de «[...] organizar bibliothecas junto de todos os estabelecimentos officiaes de instrucção superior, secundaria ou especial que as não tenham, e em cuja localidade não haja bibliotheca do Estado ou do municipio» (BN, MSS. 202, n.º 23 ou ASSUNÇÃO, p. 25), recuperando-se, assim, outra antiga aspiração do Liberalismo: constituir uma rede de bibliotecas públicas e uma rede de bibliotecas escolares⁸.

Contrariamente ao processo homólogo ocorrido nos seus congéneres masculinos, após 1834, o processo de arrecadação das livrarias dos conventos femininos, cuja

qual se percebe que esta memória teria outra extensão, o que lhe seria conferido pelos vários anexos; o original da BNP tem ainda seis pequenos fólios que parecem ser de apontamentos para a obra.

- 5 Os conventos femininos foram extintos de acordo com o disposto nos art.º 1.º e 2.º do decreto de 9 de Agosto de 1833, conjugado com o disposto nos decretos de 25 de Abril de 1835 e 9 de Janeiro de 1837. Proibindo a admissão de noviças, os conventos iam-se extinguindo à medida que ocorresse a morte da última freira. Embora as extinções tivessem ocorrido a partir da década de 30 do séc. XIX, em virtude, por exemplo, das transferências de religiosas de uns conventos para outros ou quando o número de freiras era inferior ao canónico ou ao mínimo definido pelas respectivas constituições, a maior parte concentrou-se de forma natural sobretudo nas décadas de 80 e 90. Houve casos, mais raros, em que o encerramento apenas ocorreu no início do século seguinte (a este respeito *vd.* a entrada de Maria José Mexia Bigotte CHORÃO, «Conventos», in Carlos Moreira de Azevedo, *dir.* – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2.º vol., p. 25 e Fortunato de ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. prep. e dir. por Damião Peres. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1970, vol. 3, p. 145-147).
- 6 BN, MSS. 202, n.º 23, *Bibliothecas e Archivos*, f. 3. A GEPP refere, acerca do período em que exerceu as funções de inspector-geral: «*Datam desse tempo os seus estudos históricos. A inspecção obrigatória dos arquivos dos conventos extintos trouxe-lhe rico manancial para os seus estudos e trabalhos*» (vol. 3, p. 581). Apesar deste seu trabalho, felizmente já publicado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a partir de uma cópia com assinatura autógrafa existente no arquivo de Bernardino Machado (*vd.* nota 4), e do estudo de Fernanda RIBEIRO cit. no final da nota 1, a história desta importante instituição continua ainda por fazer. É interessante constatar que desde cedo se percebeu a ambição da legislação; no relatório que serve de preâmbulo ao Decreto de 24 de Dezembro 1901 reconhece-se «*a falta de regulamentação d'este decreto, os inconvenientes praticos de muitas das suas disposições que a larga experiencia de quatorze annos tem demonstrado ser urgente remediar [...]*».
- 7 *Vd.* Paulo J. S. BARATA – *Os livros e o liberalismo: da biblioteca conventual à biblioteca pública – uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- 8 Conhecem-se algumas intervenções da Inspeção nesse sentido, tais como as que vêm a estar na origem dos actuais arquivos distritais de Bragança e de Braga, respectivamente em 1915 e 1917 (*vd.* os sítios do Arquivo Distrital de Bragança em: <http://adbgc.dgarc.gov.pt/identificacao-institucional/historia/> e do Arquivo Distrital de Braga em: <http://www.adb.pt/>). Esta vertente da sua acção e a continuidade funcional das funções do DLEC, porém, só poderá ser completamente aclarada quando se desenvolver detalhadamente este aspecto da história da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos.

documentação se encontra no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional de Portugal⁹, parece-nos ter sido mais bem organizado – a julgar pela regularidade e pelo rigor que a documentação apresenta – o que fica certamente a dever-se à maior estabilidade política e social então vivida, à muito menor amplitude do processo, dada a dimensão das bibliotecas e dos cartórios a arrecadar, ao facto de o mesmo se estender temporalmente por largos anos e ainda ao facto de a inventariação dos bens móveis dos conventos já ter sido – regra geral – previamente realizada pela Fazenda. Tratava-se agora, e apenas, de assegurar a recolha da documentação com valor histórico e que já não interessava à Fazenda para fins administrativos e de gestão.

Tudo nos leva a crer que o património documental dos conventos femininos – biblioteconómico e arquivístico, ou seja, livrarias e cartórios – terá sido arrolado, juntamente com o restante património móvel, pelas Repartições da Fazenda dos respectivos distritos, após o que terá sido seleccionado e entregue, visando o seu destino final e a sua conservação permanente, à Inspecção-Geral das Bibliotecas e Arquivos.

Os contornos do processo de arrecadação: *quem arrecadava e como*

Tal como acontecera com os conventos masculinos, anteriormente à constituição do DLEC, também neste processo, antes mesmo da existência da Inspecção, cabia à Biblioteca Nacional assegurar a sua consecução, ou pelo menos recepcionar as obras, como o demonstra o processo de arrecadação do acervo do Convento de S. Dionísio, em Odivelas, ocorrido em Maio de 1887 e cujas espécies parece terem sido entregues directamente à Biblioteca Nacional no ano seguinte. O processo relativo a esse processo demonstra um zelo e um rigor bem distintos do que acontecera décadas antes. Na Administração do Concelho de Loures, perante o respectivo administrador, um representante do Cardeal-Patriarca de Lisboa e o encarregado da elaboração do inventário dos bens do Convento, é designado o louvado que iria descrever e avaliar o respectivo espólio bibliográfico. Esse louvado, José Pedro da Cruz Leiria, conhecido antiquário lisboeta, barrista e restaurador de cerâmica¹⁰, presta em seguida juramento, atestando efectuar a sua «*exacta descrição e avaliação*»¹¹. Anote-se que a nomeação do louvado, em parceria com o encarregado, constituía uma garantia de maior isenção e rigor no processo de peritagem e de avaliação. É, aliás, este rigor no procedimento de arrecadação que permite que tenhamos conhecimento exacto das irregularidades, designadamente do facto de os 32 livros litúrgicos e de cantochão terem sido levados

9 Vd. Fontes, no final, sobretudo: *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, BN/INC/DLEC/33/Cx09-01.

10 Vd. GEPIB – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Ld.ª, [195-]-1960, vol. 14, p. 853.

11 Inventário dos livros encontrados no suprimido Convento de São Dyonísio de Odivellas, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, BN/INC/DLEC/33/Cx09-01.

abusivamente para o Convento de S. Vicente de Fora pelo encarregado de retirar os objectos de culto, o que não terá sido atalhado – admite-se – para não criar atritos com a Igreja.

Sob a égide da Inspeção, as arrecadações processavam-se nas respectivas repartições da Fazenda e na presença do inspector-geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, ou de um seu delegado. Era, então, lavrado um auto de entrega, em duplicado ou em triplicado, integrando ou tendo anexo um inventário, o(s) qual(ais) era(m) assinado(s) pelo tesoureiro da Fazenda ou pelo seu delegado. Neles constava e se separava o que interessava à Fazenda, ficando, por isso, na repartição respectiva, integrando o seu cartório, do que iria ser transferido para a Inspeção.

É curioso registar, eventualmente indicador da fraca densidade institucional da nascente Inspeção-Geral, enquanto corpo administrativo do Estado, bem como da sua relação umbilical com a Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), mesmo no período fundacional, o facto de a Secretaria-Geral da Inspeção ter sido indistintamente secretaria da BNL e da Inspeção, passando oficialmente, desde a reestruturação de 1902, a ser comum a ambos os organismos¹².

Anote-se, porém, que, embora não se tenham registado os atropelos do processo dos seus congéneres masculinos, a arrecadação inicial das livrarias e dos cartórios efectuada pela Fazenda foi também, a nível nacional, bastante desigual no que diz respeito ao rigor dos procedimentos, havendo casos de exemplar exaustividade no processo e outros em que tal terá sido efectuado de um modo bastante mais sumário.

A arrecadação inicial, porém, parece ter sido globalmente efectuada de uma forma ordenada e pacífica. Juridicamente, era efectuada ao abrigo do art.º 6.º do Decreto de 29 de Dezembro de 1887, sendo em geral formalmente feita pelo inspector-geral, pelo inspector-geral interino ou pelo seu representante. As relações/inventários dos livros

12 O arquivo da Inspeção encontra-se integrado e pulverizado no arquivo da própria Biblioteca Nacional, sendo sempre visível essa quase osmose institucional. O papel timbrado da Inspeção, por vezes, não ostenta a sua designação própria. Alguns ofícios apresentam simplesmente a designação «Bibliotecas e Arquivos Nacionais – Secretaria Geral» (vd. a título de exemplo o Termo d'entrega [dos livros do Convento de Santa Clara de Évora], 17 Out. 1903, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1902, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01). Nos livros de requisições de material, as folhas ostentam, na margem exterior, a indicação impressa «Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos», mas já no rótulo da capa surge apenas a indicação «Bibliothecas e Archivos Nacionaes» (vd. os livros 1, 2 e 13, in *Requisições de livros e material*, 1895-1915, BN/GPA/08/Lv01-23). As próprias requisições de material avulsas, em papel timbrado da Inspeção, são, por vezes, assinadas pelo director da BNL e/ou apresentam o carimbo a óleo da instituição (vd. *Requisições da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos*, 1895-1915, BN/GF/39/Cx01). A consulta aos livros atrás referenciados demonstra ainda de forma inequívoca o desequilíbrio existente entre as aquisições, quer de obras, quer de material, para a BNL e para as demais bibliotecas e arquivos dependentes, ressaltando naturalmente o maior peso da primeira, havendo inclusive alguns livros quase exclusivamente dedicados a aquisições para a BNL (ex. 06 e 08). Um outro exemplo da referida osmose institucional, com repercussões no plano funcional, são os despachos aos requerimentos de mudança de registo da *propriedade literária* de periódicos que eram feitos quase indistintamente pelo Inspector-Geral ou pelo Director da Biblioteca Nacional. Francisco Borja Torres de Macedo, proprietário dos jornais *A Gaita* e *Pim-Pam-Pum*, efectua em Abril de 1888 (a 3 e a 30) os respectivos pedidos de registo de propriedade literária, sendo o primeiro despachado pelo Inspector-Geral e o segundo pelo Director da BNL (*Correspondência recebida*, 1888-1894, BN/DGA/05/Cx05).

eram efectuados ou por empregados da Fazenda ou por funcionários expressamente designados pela Inspeção-Geral. No caso dos conventos do Funchal, foi mesmo solicitado pela Repartição da Fazenda do Funchal que, a fim de proceder à «[...] escolha dos manuscritos que não sejam necessários á administração dos conventos [...]», bem como para o seu transporte, aí se deslocasse «[...] um funcionário competente, pois não tenho pessoal que possa fazer esses serviços nem auctorisação para as necessárias despesas»¹³. Sabe-se ter sido designado para esta tarefa, pela Inspeção, o então conservador da Torre do Tombo, Roberto Augusto da Costa Campos¹⁴, que efectuou o inventário dos conventos femininos da Madeira. Embora não se conheça a situação global parece ter havido neste processo, pelo menos a julgar por este caso e contrariamente ao processo de arrecadação das livrarias e cartórios dos conventos masculinos – a preocupação em nomear alguém qualificado para a função, pois é inegável a justeza da indicação de Costa Campos para o desempenho da mesma, já que, além de experiente conservador da Torre do Tombo¹⁵, era natural da Madeira, o que lhe dava um conhecimento acrescido da realidade documental com que iria lidar.

A título ainda exemplificativo, refira-se também o caso do Porto, em que após a arrecadação efectuada pela Fazenda, a entrega dos livros é recepcionada pelo então Conservador da BNL, José Leite de Vasconcelos. É possível ainda verificar que em muitos casos as nomeações recaíam em funcionários experientes, quer da Biblioteca Nacional de Lisboa, quer do Real Arquivo da Torre do Tombo.

Os inventários: *o maior ou menor rigor do processo*

Após a arrecadação efectuada pela Fazenda, que seleccionava os livros relativos à administração dos bens dos conventos, esta entregava à Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos os restantes documentos de arquivo e de biblioteca, mediante um termo de entrega/remessa lavrado na Repartição da Fazenda do distrito respectivo. Os inventários/listas eram, em geral, muito sumários, por norma divididos entre impressos e manuscritos, neles constando de forma variável os seguintes elementos: número de ordem, autor, título, formato, número de volumes e número de exemplares. Geralmente eram inventários individualizados por convento, mas há casos, contudo, em que se faz

13 [Ofício do 2.ª Secção da 2.ª Repartição da Direcção-Geral dos Próprios Nacionais do Ministério da Fazenda ao Director Geral dos Próprios Nacionais, solicitando a designação de um funcionário para efectuar o inventário das bibliotecas dos conventos femininos do distrito do Funchal e assegurar o respectivo transporte], 14 Jul. 1897 [Cópia], in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, BN/INC/DLEC/33/Cx09-01.

14 [Ofício do 2.ª Secção da 2.ª Repartição da Direcção-Geral dos Próprios Nacionais do Ministério da Fazenda à Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, solicitando cópia dos inventários dos conventos do distrito do Funchal], 31 Mar. 1898, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, BN/INC/DLEC/33/Cx09-01.

15 Costa Campos foi um operoso arquivista itinerante que percorreu o país recolhendo e catalogando documentos para a Torre do Tombo, tendo, já no final da sua vida, visto reconhecido o seu trabalho com a sua nomeação como director da Torre do Tombo entre 1902 e 1907, ano da sua morte (GEPB, vol. 7, p. 894).

uma entrega global dos livros e documentos de um conjunto de conventos, tal como aconteceu com os conventos do distrito de Portalegre em que o acervo bibliográfico e documental de onze conventos femininos do distrito foi entregue em bloco mediante um único termo de entrega, em que se menciona de forma breve o número total de livros de cada convento¹⁶, com a excepção do Convento de Santa Clara que possui um termo de entrega/inventário próprios. Para além de Portalegre, registam-se ainda outros casos de, num único inventário, se proceder à entrega das livrarias de vários conventos, como por exemplo acontece com vários conventos do distrito de Coimbra, a saber: Convento de Celas, Colégio do Carmo, Colégio de S. Bento, Colégio de S. Bernardo, Colégio de S. Domingos, S. Jerónimo, S. Marcos, S. Paulo, S. Simão da Junqueira, Santa Ana, Santa Clara, Santa Cruz, Seixa e Trindade¹⁷, ou da Guarda, em que uma página e meia é suficiente para elencar o acervo de cinco conventos: Santa Clara, da Guarda, Madre de Deus, de Vinhó, S. Luís, de Pinhel, Santa Clara, de Trancoso, e Nossa Senhora do Couto, de Gouveia¹⁸.

Por vezes, ainda, existe uma primeira incorporação de um conjunto significativo de conventos femininos, a que se seguem, nos anos subsequentes, várias incorporações individualizadas. É o que sucede, por exemplo, no distrito de Viana do Castelo, em que o espólio de cerca de 20 conventos é entregue, em finais de 1889, mediante inventário conjunto – meses depois, já em 1890, é recebido com um inventário mais pormenorizado na Torre do Tombo¹⁹ – e nos anos subsequentes são entregues, de forma individualizada, as livrarias dos Conventos de Santa Clara, em Caminha (1891), de S. Bento, em Viana do Castelo (1891), de Santa Ana (1895) e de Jesus, Maria e José (1900), ambos em Viana do Castelo.

Outro caso idêntico é o dos conventos femininos do distrito do Porto, em que também nos surge uma situação mista. Ou seja, após um inventário conjunto dos livros dos mais de 30 conventos aí existentes, a arrecadação da sua maior parte é feita em 1890, embora existam arrecadações posteriores, casos do Convento de S. Bento da Ave Maria (1892), *Corpus Christi*, em Vila Nova de Gaia (1894), S. Salvador de Vairão (1891), e Santa Clara, no Porto (1900).

16 [Termo de entrega do acervo bibliográfico e documental dos conventos femininos do distrito de Portalegre], 19 Maio 1894, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Portalegre, 1894-1899, BN/INC/DLEC/33/Cx09-01.

17 Relação dos livros de mais documentos entregues ao Exm.^o Sr. Antonio Ennes, Inspector Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos, pertencentes às corporações abaixo mencionadas [vários conventos do distrito de Coimbra], Out. 1889, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Coimbra, 1894-1898, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

18 Termo d'entrega [dos livros dos conventos do distrito da Guarda, à Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos], 7 Ag. 1893, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Guarda, 1896, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

19 Livros e documentos vindos da Repartição de Fazenda de Vianna do Castello, e recolhidos no Real Archivo em 5 de Maio de 1890, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Viana do Castelo, 1889-1900, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

À existência de inventários conjuntos não será certamente alheio o facto de possuírem sobretudo cartórios e de as livrarias serem de reduzida dimensão. As bibliotecas conventuais femininas eram em geral constituídas por algumas centenas de espécies, raramente ultrapassando o milhar.

Embora a entrega das livrarias, dos cartórios e/ou dos objectos fosse geralmente efectuada entre duas partes: o representante da Fazenda e o representante da Inspecção, com ou sem o encarregado de realizar o inventário, a *geometria* dos intervenientes no processo podia variar. O encarregado de efectuar o inventário tanto podia ser um funcionário público, por exemplo um representante da Direcção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, um conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa ou um arquivista do Real Arquivo da Torre do Tombo, como podia ser um *privado*, um especialista em bibliografia ou um avaliador. Há ainda casos em que aparece a figura do louvado, sobretudo quando estavam em causa objectos valiosos, pois este constituía uma garantia adicional de isenção e rigor no processo de peritagem e de avaliação. Além disso, e como os inventários foram realizados pela Fazenda, sendo também inventários gerais, ou seja, não apenas das espécies bibliográficas, mas de todos os outros bens conventuais, aos quais era necessário atribuir um valor venal, foram, por isso, chamados avaliadores ou peritos nesse tipo de tarefa. Essa *geometria* variava ainda de acordo com as jurisdições territoriais. É o que acontece, por exemplo, em Lisboa, em que a especificidade da organização administrativa da capital faz aparecer a figura do administrador do bairro que, por ordem da Fazenda, faz a entrega dos cartórios e das livrarias conventuais. Anote-se, ainda, atendendo à amplitude nacional do processo, que, dentro da Direcção-Geral dos Próprios Nacionais, chegaram a existir oficiais especificamente nomeados como «*inspectores das liquidações dos bens monásticos*». Assim se intitula João Francisco Brea, em 1896, na entrega do acervo do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Semide, em Coimbra²⁰.

Por vezes, as relações constantes dos autos mencionam um número de inventário anterior, ou seja, o do arrolamento efectuado pela Fazenda, o que faz pressupor que, aquando da arrecadação inicial, o processo tenha sido realizado com cuidado e com rigor²¹. Muitas vezes, isso é referido de forma expressa nos próprios autos. Por exemplo, no que diz respeito ao Convento do Santíssimo Coração de Jesus, à Estrela, em Lisboa, refere-se «[...] fossem entregues todos os livros do espolio do dicto convento, descriptos no

20 [Termo de entrega da documentação do Mosteiro de N.ª Sr.ª da Assunção de Semide, em Coimbra], 28 Ag. 1896, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Coimbra, 1894-1898, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

21 Termo d'entrega [dos livros do Convento de Santa Clara, de Évora], 17 Out. 1903, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1903, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

respectivo inventario com os numeros [...]», discriminando-se, em seguida, os intervalos numéricos em que se incluíam os livros conventuais²².

Nos autos, não se fazendo uma descrição bibliográfica exaustiva das obras – nem era esse o objectivo, pois tal tarefa demoraria meses ou mesmo anos –, elas eram pelo menos identificadas de forma sumária. Não deixam, no entanto, de também surgir situações como «6 volumes de obras truncadas», «68 sacos com vários documentos», «um maço de pergaminhos avulsos», «um maço de diversos papéis e cartas avulsas»²³. A metodologia de arrecadação nem sempre era uniforme. Muitas vezes não eram feitos autos, mas sim meras listas que eram assinadas pelo inspector-geral²⁴. Sublinhe-se que a Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos não recolhia os livros para depois os tratar mas antes para os enviar, em seguida, para a Biblioteca Nacional de Lisboa²⁵.

Saliente-se, porém, ainda em relação às obras descritas em conjunto, que nem sempre essa descrição significava um menor rigor ou cuidado. Por vezes, trata-se efectivamente de obras menores, cujo arrolamento genérico era, para aquele efeito, perfeitamente justificável. É o que acontece com as obras do Convento do Santíssimo Coração de Jesus, à Estrela, em Lisboa, em que são transferidos 1275 volumes (596 livros e 679 folhetos e avulsos). A descrição dos livros é uma descrição quase diríamos normalizada e suficientemente exaustiva e os folhetos correspondem a «*novenas e outras obras de pequena devoção – Folhinhas*»²⁶, para os quais era aceitável uma identificação genérica. O inventário original deste convento foi certamente efectuado por alguém minimamente conhecedor. Outras vezes, porém, aparecem descrições tais como «*livros truncados ou incompletos*» ou mesmo apenas «*pergaminhos*», em número de 42, no Mosteiro de Santa Ana de Coimbra²⁷; ou ainda e «*fóros, doações, sentenças, 15.*»

22 Relação dos livros do suprimido convento do Santíssimo Coração de Jesus, à Estrela, extrahida do respectivo inventario, que foram entregues à Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos [...], 7 Jun. 1888, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliothecas e Arquivos Públicos*, Lisboa, 1887-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

23 [Auto de posse da documentação do Mosteiro de Arouca], 4 Abr. 1894, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliothecas e Arquivos Públicos*, Aveiro, 1894-1896, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

24 Relação dos livros e manuscritos que entrego ao Ex.mo Inspector-Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos, pertencentes ao espolio do extincto Convento de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Beja, 11 Mai 1892, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliothecas e Arquivos Públicos*, Beja, 1892-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

25 Vd. o caso dos livros do Convento da Conceição de Beja, em que as obras são entregues à Inspeção, em 11 de Maio de 1892, e ao director da Biblioteca Nacional, a 28 do mesmo mês (Relação dos livros e manuscritos que entrego ao Ex.mo Inspector-Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos, pertencentes ao espolio do extincto Convento de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Beja, 11 Mai 1892; e Relação dos livros e manuscritos do Real Mosteiro da Conceição de Beja, entregues ao Conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, 28 Mai 1892, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliothecas e Arquivos Públicos*, Beja, 1892-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01).

26 Relação dos livros do suprimido convento do Santíssimo Coração de Jesus, à Estrela, extrahida do respectivo inventario, que foram entregues à Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos [...], 7 Jun. 1888, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliothecas e Arquivos Públicos*, Lisboa, 1887-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

27 Relação dos livros de mais documentos entregues ao Exm.º Sr. Antonio Ennes, Inspector Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos, pertencentes às corporações abaixo mencionadas [vários conventos do distrito de Coimbra], Out. 1889, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliothecas e Arquivos Públicos*, Coimbra, 1894-1898, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

a 18.º seculos. 48 documentos, em pergaminho e em papel, alguns com sellos pendentes. Um masso»²⁸, no Mosteiro de S. Bento de Castris, em Évora.

O rigor das listas dependia obviamente do conhecimento, do cuidado e da atenção de quem era encarregado de efectuar o respectivo inventário. Claro está que eram diferentes os inventários realizados por amanuenses da Fazenda²⁹, sem a preparação adequada a uma correcta identificação das espécies, dos inventários realizados pelos experimentados oficiais e conservadores da Biblioteca Nacional ou da Torre do Tombo, até porque o *olhar* na abordagem seria necessariamente outro. Anote-se, como exemplo destes últimos, o pequeno inventário/relação do Convento de Santa Clara de Évora, possivelmente efectuado por José Joaquim da Conceição Valdez, estudioso da História, da Arqueologia e da Numismática, no qual se percebe perfeitamente o conhecimento e o interesse de quem efectuou a identificação das espécies: veja-se, a título exemplificativo, a descrição do primeiro livro da relação: «*Missa de cantochão figurado da Ex.mª D. M.ª Victoria Enriques de Menezes – Frontespicio aguarelado a côres representando flores – encadernado em satim branco com bordados em ouro, prata e matir [sic]*»³⁰. E, por contraponto, o inventário do Convento de Santa Clara, de Guimarães, entregue, em 1892, ao representante da Inspeção e Conservador da Biblioteca Nacional, José Leite de Vasconcelos, em que se mencionam: «*livros de receita e despesas*»; «*diversos pregaminhos*» [sic]: «*um masso com o n.º 8*», «*um livro de eleições com o n.º 112*», «*o estatuto do convento com o n.º 9*», «*um livro da Confraria da Conceição – n.º 11*», «*um livro dos obitos com o n.º 90*», «*107 livros diversos, quasi todos misticos*»³¹. No caso dos conventos do distrito de Leiria, designadamente: Coz, Colégio da Conceição, Batalha e Alcobaça, o processo é igualmente conjunto e sumário, havendo registo de livros referenciados como de «*proveniencia incerta*», o que parece atestar não apenas a forma *expedita* como foi efectuada a inventariação mas também o menor rigor no modo como foi efectuada a arrecadação inicial, além da referência, quiçá algo enigmática, a um «*livro do Alcorão do convento*» de Coz³².

Por vezes, os números que os documentos ostentam nos inventários ou nas relações remetem para os números dos inventários gerais dos bens móveis, efectuados

28 Inventário dos codices, documentos manuscritos antigos, e obras impressas que existiam no extinto convento de S. Bento de Castris, extramuros da cidade de Evora, 20 Dez. 1890, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1890, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

29 Termo d'entrega de livros e diversos papeis á Inspeção Geral da Bibliothecas e Archivos Publicos, 20 Mar. 1902, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1902, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

30 Termo d'entrega [dos livros do Convento de Santa Clara, de Évora], 17 Out. 1903, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1903, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

31 Auto d'entrega [dos livros do Convento de Santa Clara, de Guimarães], 2 Jan. 1992, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Guimarães, 1892, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

32 Relação dos livros e manuscritos dos extinctos conventos do districto de Leiria existentes na Repartição da Fazenda do mesmo districto recolhidos pela Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos, Maio 1894, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Leiria, 1894, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

pela Fazenda³³, pelo que a tarefa da sua descrição ficava assim facilitada, bastando para tal *copiar* a sua descrição original.

Os cartórios conventuais femininos: os documentos como reflexo da administração temporal e espiritual dos conventos

É interessante assinalar, sem valorar ou cair em anacronismo, que nos referidos autos de posse da documentação conventual se efectuava muitas vezes a distinção entre «*impressos*» e «*manuscritos*», embora aparecesse também a distinção entre «*livros*» e «*manuscritos*», dizendo os primeiros respeito às obras impressas. E se, em relação aos livros, pese embora alguma heterogeneidade, pois compreendem também miscelâneas, obras truncadas e folhas soltas, todos eles constituem espécies biblioteconómicas, *latu sensu*. Já em relação aos manuscritos, tal não se verifica. É aí bem visível a coexistência de espécies biblioteconómicas e arquivísticas, sendo curioso constatar a peculiaridade do entendimento das espécies que iriam para a Biblioteca Nacional e das espécies que iriam para a Torre do Tombo, assim se quebrando a organicidade dos fundos. Facto que é bem conhecido de todos – pela análise dos fundos e colecções da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo – mas que a análise destes inventários ajuda claramente a consolidar. Veja-se, por exemplo, os termos de entrega de livros provenientes dos Conventos das Chagas, em Lamego e em Vila Viçosa, em que duas relações identificam o que iria para a Biblioteca Nacional e o que iria para a Torre do Tombo³⁴, ambos assinados pelos respectivos directores. É visível aqui que a totalidade do cartório ingressa na Torre do Tombo, ficando para a Biblioteca Nacional, do convento lamecense, a regra de Santa Clara, os estatutos do convento e das confrarias do convento, um missal, e curiosamente «*1 livro para assentar as entradas, profissões, idades, patrias e falecimentos das religiosas – 1817*», e do convento alentejano, igualmente dois livros com informação de natureza biográfica, como sejam, «*1 livro de actas e visitas do Mosteiro das Chagas de 1695 a 1843*» e «*1 livro de assento das eleições do Mosteiro das Chagas desde 1691 a 1845*»³⁵.

O facto de as entradas terem sido efectuadas em bloco explica a existência, ainda hoje, por exemplo, nas colecções de manuscritos da Biblioteca Nacional (*Códices e Manuscritos*) de alguns *nichos* de obras de um determinado convento que nos aparecem

33 Relação dos documentos e livros manuscritos e impressos do extinto Convento de Nossa Senhora da Conceição da vila de Chaves...], 28 Ag. 1896, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Vila Real, 1896, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

34 Termo de entregas dos livros e documentos pertencentes ao suprimido Mosteiro das Chagas, de Lamego, districto de Viseu, 1908-1909, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Viseu, 1892-1908, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

35 *Ibidem*.

com cotas sequenciais. Os exemplos são variados, bastando para tal percorrer os respectivos catálogos topográficos.

Coexistem, assim, lado a lado, maços com manuscritos musicais, cartas, livros de receita e despesa, livros de registo vários, papéis avulsos, sendo aqui bem mais acentuada a sua heterogeneidade. De entre o espólio manuscrito, a maioria dos livros dizia respeito – como seria de esperar – a livros relacionados com a administração do convento, diríamos material e espiritual, ou seja, quer relativa às funções-meio, quer relativa às funções-fim do mesmo. Vejamos, a título meramente exemplificativo, o caso dos manuscritos do Convento de Arouca, em que aparecem, por exemplo: o «*Livro da administração do dinheiro do Senhor do Meio Coro*», o «*Livro dos legados*», o «*Livro das desobrigas das senhoras seculares e criadas deste Mosteiro*», o «*Livro do espólio das religiosas*», o «*Livro da selaria*», o «*Livro dos juros*», o «*Livro das mordomas de Santo António*», o «*Livro das alfaias da hospedaria*», o «*Livro da administração do legado das almas*», diversos livros de receita e despesa, gerais, mas também específicos, da botica e da tulha, etc.

Não diferem muito os restantes espólios manuscritos, apenas variando nas tipologias. Aparecem-nos, assim, «*livros de esmolos*», «*cadernos de foros e de vendas a dinheiro*», «*livros de actas de eleições para cargos no convento*», «*cadernos de quitações*», «*livros de óbitos das religiosas*», «*livros das sepulturas*», «*livros de visitas do convento*», «*livros da botica e receituário*», «*livros das visitas*», «*livros dos assentos e entradas de profissões das religiosas*», «*livros das eleições das abadessas*», «*livros do celeiro*», por vezes desdobrados em: «*livros do trigo*», «*livros do azeite*», «*livros do milho*» e «*livros do centeio*»; «*livros das estações e rezas*», «*cadernos de instituição de irmandades*», «*livros de confrarias*», «*livros das educandas*», «*livros das missas*», «*livros das patentes*», «*livros das tenças*», «*livros de registos das ordens régias*», «*livros da bolsaria*», «*livros da feitoria*», «*livro das patentes*», «*testamentos*», conferindo doações aos conventos, «*forais*» ...

Com grande frequência, o espólio manuscrito dos conventos femininos extintos no final do séc. XIX era sobretudo o seu cartório, daí que a sua arrecadação fosse de crucial interesse para as Finanças que, tendo-o utilizado, numa primeira fase, para fins administrativos, probatórios e de controle patrimonial, o entrega, numa segunda fase, a outra instituição de natureza cultural que o iria preservar e conservar pelo seu valor histórico e cultural, tendo em vista a conservação e a preservação da memória colectiva. Estes eram assim «*[...] desnecessários à administração da Fazenda [...]*»³⁶. Porém, sempre que algum dos livros possuía relevância administrativa, prevalecia naturalmente o interesse da Fazenda, como aconteceu, por exemplo, com o Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Beja, em que no final do Termo de Remessa, se

36 Termo de remessa [...] dos livros e documentos encontrados no espólio do suprimido convento de Nossa Senhora da Esperança d'esta cidade [Beja], 30 Mar. 1897, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Beja, 1892-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

pode ler a seguinte nota: «*Abate-se o livro de receita e despesa dos annos de 1863 a 1865 descripto n'este termo sob o n.º 64, por se ter reconhecido ser necessario á administração da Fazenda*»³⁷. Nalguns casos, refere-se mesmo que os livros entregues são apenas os «[...] *desnecessários à administração da Fazenda [...]*»³⁸ ou então que do acervo «[...] *foram apartados aquelles que não são necessários nem interessam à administração dos bens e rendimentos que passaram para a posse e dominio da Fazenda Nacional*»³⁹.

O valor probatório de muita dessa documentação está igualmente bem patente no processo relativo aos conventos do Funchal, como se pode ver pelas duas cópias dos inventários dos foros do Convento de Santa Clara, realizados em 1863 e 1890, e certamente pedidas para resolver algum litígio contratual. Anote-se, porém, que similarmente ao que acontecera nas arrecadações dos conventos masculinos, ocorridas décadas antes, podemos verificar, ainda que pontualmente, processos de *arrecadação inversa*, ou seja, em que as obras podem ir da Inspeção-Geral ou da Torre do Tombo para a Fazenda, por necessidades administrativas, atendendo ao valor primário daquela documentação para efeitos fiscais ou outros. É o que acontece também com parte dos livros que pertenceram ao cartório do antigo Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, essencialmente, tombos de propriedade, livros de notas de tabelião, livros de foros e de prazos, que foram, em 1897, remetidos da Torre do Tombo para a Repartição da Fazenda do Distrito de Coimbra⁴⁰.

É ainda curioso constatar, na designação de alguns conjuntos documentais dos cartórios, a permanência da sua organização física original, como acontece com os documentos do Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, em que aparecem referências a «*um sacco com documentos (Gaveta n.º 1)*»⁴¹.

As livrarias dos conventos femininos: *que livros existiam e o que se lia?*

Também em relação às bibliotecas se pode dizer não se tratarem de verdadeiras bibliotecas conventuais mas antes de pequenas bibliotecas de apoio, de conjuntos mais ou menos vastos de livros de suporte às funções e tarefas conventuais. Lá aparecem os

37 *Ibidem*.

38 [Termo de entrega da documentação do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Semide, em Coimbra], 28 Ag. 1896, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Coimbra, 1894-1898, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

39 Termo d'entrega de livros e diversos papeis á Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos [do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo], 20 Dez. 1890, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora 1889-1908, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

40 Relação dos tombos de propriedades, livros de notas e livros de foros, dos seculos 18.º e 19.º que pertenceram ao cartorio do extinto Convento de Santa Maria de Lorvão que [...] são remettidos do Archivo da Torre do Tombo para a Repartição de Fazenda do Districto de Coimbra, 21 Jun. 1897, in *Relação dos tombos de propriedade remetidos do ANTT para a Repartição da Fazenda de Coimbra*, BN/DLEC/35/Cx09-02. Nota-recibo de entrega na Repartição da Fazenda de Coimbra, datada de 1 de Julho do mesmo ano.

41 Termo de posse [do cartório do Convento de Santa Clara de Vila do Conde], 21 Maio 1893, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Vila do Conde, 1893, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

livros litúrgicos, os livros de teologia, os livros de Moral, as hagiografias, as biografias de religiosos, os sermonários, os exercícios espirituais, os livros de cantochão, os martirológios, as vidas de Jesus, as regras, as histórias e as crónicas das ordens religiosas e dos conventos, e diversas outras obras sobre temas religiosos. Raras – sobretudo por comparação com os seus congéneres masculinos – são as obras de temática profana e as que aparecem são obras de ordem prática e de cariz funcional, tais como, por exemplo, a *Farmacopeia Geral* e a *Farmacopeia Lusitana*, os livros de Botânica, as colecções de jornais, quase todos portugueses, as gramáticas, os dicionários, os vocabulários e as obras para aprendizagem da leitura e da escrita, ou mesmo uma obra sobre os modos de preparar tintas. Tomemos, a título meramente exemplificativo, o inventário do Mosteiro do Bom Jesus de Viseu, em que de um total de 963 espécies referenciadas, e retirando o cartório conventual, ou os maços de folhetos, de que não podemos conhecer o seu conteúdo concreto, e as referidas obras de cariz profano mas de carácter funcional, apenas vislumbramos seguramente bastante menos de uma dezena de obras profanas de índole geral, tais como uma *Vida de Luís XVI*⁴² ou o *Regulamento dos exercitos do Conde de Lippe*⁴³.

É curioso ainda registar, quando elas aparecem, o carácter popular das mesmas. Veja-se, por exemplo, o volume *O Filósofo solitário* ou o folheto *O cão do cego defendendo a sua raça*, constantes do arrolamento, efectuado em 1893, do Mosteiro de S. Salvador de Braga, e «*um saco com manuscritos e impressos de entremezes e autos representados no convento*», do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, de Semide⁴⁴.

O conhecimento do que se lia ou não lia nos conventos e mosteiros portugueses antes da extinção das ordens religiosas masculinas e femininas constitui, ainda hoje, uma questão em aberto e uma história por fazer, mas é seguramente uma interessante linha de pesquisa a explorar em futuros estudos de História do Livro e da Leitura no Portugal do Antigo Regime. O que deixamos aqui são apenas meros apontamentos de leitura.

Irregularidades e descaminhos: *inevitáveis nestes processos*

Quanto aos extravios e aos descaminhos no processo de arrecadação e apesar da estabilidade do processo, estes também ocorreram. Porém – parece-nos – em muito menor número, porventura por conhecermos apenas a arrecadação posterior à

42 Relação de livros e manuscritos encontrados no espólio do extinto Mosteiro do Bom Jesus de Viseu, 30 Jun. 1896, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Lisboa, 1887-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

43 *Ibidem*.

44 [Termo de remessa da documentação do Mosteiro de N.ª Sr.ª da Assunção de Semide, em Coimbra], 28 Set. 1896, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Coimbra, 1894-1898, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

da Fazenda. Veja-se, por exemplo, que nos cinco conventos do distrito de Aveiro, cuja arrecadação foi efectuada em conjunto, designadamente: S. Domingos, S. Martinho do Couto, em Cucujães, Espírito Santo, na Feira, Jesus e Carmelitas, em Aveiro, apenas foi arrecadada documentação administrativa⁴⁵. Será crível não existir um único livro litúrgico ou de apoio à vida espiritual dos conventos?

Num outro caso, o do Convento de Nossa Senhora da Graça do Torrão, surge, numa folha solta, a seguinte nota manuscrita – certamente de quem foi incumbido de recolher o respectivo acervo – «*não tomei posse por não conferir o acervo com o officio das Repartições aprovado*»⁴⁶.

Ainda num outro processo, relativo ao Convento de São Dionísio, em Odivelas, refere-se, a dado passo, «*deste numero em diante tem, no original [do inventário], todas as verbas a nota: levado abusivamente pelo encarregado de retirar p.^a S. Vicente os objectos do culto*»⁴⁷.

Outros bens móveis dos conventos femininos: o que existia e qual o seu destino

Tal como acontecera no processo de arrecadação dos conventos masculinos, recolhiam-se, além dos livros e dos cartórios, objectos artísticos, objectos litúrgicos e de culto, mobiliário e outros. Enfim, os bens móveis mais diversos, tais como estantes, outras peças de mobiliário, tapeçarias, paramentaria, pinturas sacras e profanas, jóias, etc.

As obras-primas, os objectos artísticos únicos e outros de grande valor destinavam-se geralmente ao Museu Nacional de Belas-Artes ou, excepcionalmente, a instituições locais congéneres, tal como aconteceu com o Museu da Biblioteca Pública de Évora que recebe, por exemplo, diversos objectos do Convento do Paraíso e do Convento de Santa Clara de Évora⁴⁸.

Quanto aos objectos litúrgicos e de culto, estes foram – à semelhança do que também acontecera décadas antes com os conventos masculinos – em parte devolvidos ou recuperados pela Igreja regular, o mesmo acontecendo com alguns livros litúrgicos.

45 [Auto de posse da documentação dos Conventos S. Domingos, em Aveiro, S. Martinho do Couto, em Cucujães, Espírito Santo, na Feira, e Jesus, em Aveiro, e Carmelitas, em Aveiro], 4 Abr. 1894, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Aveiro, 1894-1896, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

46 *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1889-1908, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

47 Inventário dos livros encontrados no suprimido Convento de São Dyonisio de Odivellas, 23 Maio 1887, Cópia de 9 Jul. 1888, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Lisboa, 1887-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

48 Relação dos objectos que [...] foram escolhidos pela Inspeção Geral das Bibliothecas e dos Arquivos Publicos [...] para serem recolhidos no Museu da Bibliotheca Publica de Evora, e que pertenciam ao extinto convento da mesma cidade denominado do Paraizo e Museu de Evora, 4 Dez. 1889, e Relação dos objectos recolhidos do Convento de Santa Clara, 17 Out. 1903, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

Sabe-se, por exemplo, que os livros de coro do Convento da Esperança de Lisboa foram levados pelo prelado da paróquia por serem «[...] considerados objectos de culto [...]»⁴⁹.

Tais objectos não chegavam sequer a vir para Lisboa. A entrega à Inspeção era, pois, nestes casos, um mero *pro forma*, como parece depreender-se do caso do Convento de Santa Clara de Évora, em que o termo de entrega à Inspeção inclui, desde logo, o termo de entrega à Biblioteca Pública de Évora. Anote-se que neste processo são também entregues à Biblioteca Pública de Évora 356 volumes, num valor estimado de 28 500 réis⁵⁰. Parece ter havido uma prévia selecção de livros e objectos, parte dos quais vieram para Lisboa, tendo, porém, a parte mais significativa ficado na Biblioteca Pública local. Entregas que naturalmente dependiam da existência de instituições locais consolidadas e prestigiadas, capazes de acolher e preservar esse espólio, bem como do respectivo poder reivindicativo.

Ainda relacionado com isto, sublinhe-se a preocupação em não afrontar a Igreja, como aconteceu no caso do acervo do Convento das Chagas de Vila Viçosa, em que, apesar do inventário realizado, em que foram devidamente separados pelo delegado do Bibliotecário-Mór do Reino os objectos que iriam para o Museu Nacional de Belas Artes e os que iriam para o Museu da Biblioteca Pública de Évora, tal não se chega a efectuar e os objectos de culto acabam por permanecer em poder da autoridade eclesiástica local, alegadamente «[...] por terem sido distribuídos [...]»⁵¹, à excepção de dois objectos menores: «[...] um bahu muito antigo e um collete velho de esparto» que vêm para o Museu Nacional de Belas Artes, como expressamente documenta o recibo apenso ao processo e assinado pelo seu director, Carlos Reis⁵². Anote-se ainda a presença de um padre nomeado pelo Cardeal-Patriarca no processo de inventariação do espólio do Convento de São Dionísio, em Odivelas⁵³. Bem como a não contestação da apropriação abusiva – pelo menos face à lei, uma vez que se pode contestar a legitimidade do confisco público –, dos livros litúrgicos do Convento da Esperança, em Lisboa, onde «os numeros a tinta azul são os do inventario geral. Os n.ºs 18 a 25, Missaes e Livros de Côro, foram considerados objectos de culto, e levados por ordem do prelado»⁵⁴.

49 Inventários da livraria do Convento da Esperança em Lisboa, 1889, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1903, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

50 Termo d'entrega [dos livros do Convento de Santa Clara, de Évora], 17 Out. 1903, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1903, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

51 [Processo relativo à entrega de livros e objectos do Convento das Chagas de Vila Viçosa], 1906-1908, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Évora, 1906-1908, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

52 *Ibidem*.

53 Inventário dos livros encontrados no suprimido Convento de São Dyonísio de Odivellas, 23 Maio 1887, Cópia de 9 Jul. 1888, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Lisboa, 1887-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

54 Inventário dos livros encontrados no suprimido Convento da Esperança em Lisboa, 1889, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Lisboa, 1887-1897, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

O mobiliário, objectos de uso geral e parte dos objectos artísticos não chegavam a vir para a Inspeção, enriquecendo, desde logo, instituições locais, como aconteceu em Évora, com diversos objectos pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Paraíso que foram de imediato destinados ao Museu da Biblioteca Pública da cidade⁵⁵.

Algumas considerações finais

A análise da documentação consultada permite conhecer o acervo dos cartórios e das livrarias monásticas e conventuais femininas portuguesas no final do século XIX, o seu processo de arrecadação, bem como o destino das espécies após a extinção dos mosteiros e conventos que as detinham, e ainda estabelecer um paralelo com o processo congénere ocorrido decénios antes com os cartórios e as bibliotecas dos conventos masculinos.

Apesar de alguns atropelos e de alguma desigualdade de rigor registada nas arrecadações a nível nacional, pode concluir-se que o processo relativo às livrarias e aos cartórios dos conventos e mosteiros femininos foi globalmente mais ordenado e mais bem organizado do que acontecera com os masculinos.

Parece, ainda, da análise dos inventários, poder constatar-se da exiguidade das bibliotecas conventuais femininas, comparativamente com as dos conventos masculinos. Não são verdadeiramente bibliotecas conventuais mas sim pequenas bibliotecas de apoio às funções e tarefas conventuais. Tratava-se de bibliotecas de pequena dimensão, quando muito na ordem das centenas de espécies, e não de milhares. Estamos, pois, longe dos números das grandes bibliotecas monásticas das ordens religiosas masculinas, extintas em 1834, que por vezes ascendiam às dezenas de milhares. Aqui, raramente ultrapassavam o milhar de espécies. O que já seria expectável e nos remete também para a discussão do papel da mulher na sociedade e em particular no seio na Igreja Católica.

Embora com variações, que tinham a ver com o entendimento sobre o que, à época, eram documentos passíveis de integrar cartórios e documentos passíveis de integrar bibliotecas, os documentos de arquivo eram entregues à Torre do Tombo e os de biblioteca à Biblioteca Nacional⁵⁶. Estes processos com os respectivos autos de entrega, termos de remessa, inventários e afins, são fontes preciosas para se identificar a proveniência de muitos dos documentos existentes na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo, bem como para a História da Igreja e para a História Local, merecendo, só

55 Relação dos objectos que [...] foram escolhidos pela Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Públicos [...] para serem recolhidos no Museu da Bibliotheca Publica de Evora e que pertenciam ao extinto convento da mesma cidade denominado do Paraizo, 4 Dez. 1899, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, BN/DLEC/33/Cx09-01.

56 Há mesmo anotações a lápis existentes em alguns processos: [Auto de posse da documentação do Mosteiro de S. Salvador de Braga], 28 Fev. 1893, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos*, Braga, 1893-1902, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.

por isso, a sua transcrição e publicação. O que ganha ainda maior sentido, por exemplo, no caso de documentos tão emblemáticos como os forais⁵⁷.

Uma última referência para os números globais das espécies arrecadadas das livrarias e dos cartórios dos conventos femininos. O que existe constitui uma mera aproximação à realidade. Apresenta-se, contudo, no final deste trabalho, uma listagem⁵⁸ de 166 conventos e conjuntos de conventos femininos, arrecadados ou a arrecadar pela Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos⁵⁹. Por ela podemos constatar terem sido arrecadados 15 759 livros impressos, 3 887 códices, 6 593 documentos avulsos e 703 maços. Porém, o simples facto de as espécies de alguns conventos terem sido recolhidas ou consideradas em bloco, como foi o caso de alguns conventos do Porto, de Bragança, da Guarda, de Coimbra, de Leiria, de Portalegre e da totalidade dos conventos do distrito de Castelo Branco, de não haver referência aos números de muitos conventos, das espécies de alguns deles parecerem não ter chegado a ser arrecadadas, de não existirem os respectivos autos, de existirem espécies referenciadas como sendo de proveniência incerta, do facto de por vezes se referenciarem apenas as espécies que vieram para a Biblioteca Nacional omitindo as que foram para a Torre do Tombo, além das insuficiências que facilmente ainda se detectam na referida listagem (repetições, erros, imprecisões, omissões e lacunas), condicionam, em muito, qualquer análise sólida e enviesam quaisquer conclusões de natureza quantitativa. O mesmo problema, aliás, se detectou em relação ao processo dos seus congéneres masculinos. Ficam, porém, como uma aproximação à realidade as 25 604 *unidades físicas* arrecadadas nos conventos femininos contra os cerca de 300 a 500 mil livros, sobretudo da Província da Estremadura⁶⁰, arrecadados nos conventos masculinos, a atestar pelo menos as óbvias diferenças de grandeza entre ambos os processos.

57 A título meramente exemplificativo, é possível saber que o pergaminho com o foral da povoação de Álvares proveio do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – *vd. Relação dos livros de mais documentos entregues ao Exm.º Sr. Antonio Ennes, Inspector Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos, pertencentes às corporações abaixo mencionadas [vários conventos do distrito de Coimbra], Out. 1889, in Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, Coimbra, 1894-1898, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.*

58 *In Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. 1887-1908, BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01.*

59 Para se perceber a pouca fiabilidade dos números, veja-se, José de Sousa AMADO (*Os conventos de religiosas em Portugal e na Inglaterra...* Lisboa: Typographia de G. M. Martins, 1859) que afirma peremptoriamente existirem em Portugal, em 1858, 124 conventos de religiosas (p. 7).

60 *Vd. Paulo J. S. BARATA – Os livros e o liberalismo: da biblioteca conventual à biblioteca pública – uma alteração de paradigma. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 59.*

Fontes

Biblioteca Nacional de Portugal – Arquivo Histórico

BN/AC/INC/DLEC/33/Cx09-01

Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos.

BN/CR/01/Cx01

Documentos históricos e constitutivos

[vd. o folheto: Bibliotecas e Arquivos Nacionais – *Reorganização dos serviços das bibliotecas e arquivos nacionais (decreto de 18 de Março de 1911): relatório*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1911], em cujo preâmbulo se pode perceber o ideário do regime republicano em relação às bibliotecas e aos arquivos.

BN/DGA/05/Cx04-06-A

Correspondência recebida, 1873-1913.

BN/DLEC/35/Cx09-02

Relação dos tombos de propriedade remetidos do ANTT para a Repartição da Fazenda de Coimbra.

BN/GF/38/Cx01

Requisições da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, 1911-1918

[Inclui também requisições de livros]

BN/GPA/08/Lv01-23

Requisições de livros e material, 1895-1937.

[Inclui as requisições de livros e de material para a BNL, Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, bibliotecas e cartórios dela dependentes]

Biblioteca Nacional de Portugal – Colecção de Manuscritos

BN, MSS. 202, n.º 23

Tomás Lino de ASSUNÇÃO

Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos: memoria acêrca da sua organização e dos serviços a seu cargo, s.d.

BN, MSS. 221, n.º 2 B

Gabriel PEREIRA – *Carta régia de nomeação de Gabriel Pereira inspector das bibliotecas e arquivos nacionais*, 31 Jan. 1906.

BN, MSS. 221, n.º 9

Gabriel PEREIRA – *Bibliothecas e archivos nacionaes*, s.d.

Quadro das livrarias e dos cartórios dos mosteiros e conventos femininos recolhidos pela Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos (1887-1908)

Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, 1887-1908, BN/AC/INC/DLEC/Cx09-01

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arrecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
1	S. Dionísio	Odivelas	Loures	Lisboa	—	23-05-1887	485	—	—	—	—
2	Coração de Jesus	Estrela	Lisboa	Lisboa	—	07-06-1888	1275	—	—	—	—
3	Nossa Senhora da Piedade	Esperança	Lisboa	Lisboa	13-08-1889	00-02-1889	173	17	—	—	—
4	Jesus	Setúbal	Setúbal	Lisboa	—	00-06-1889	251	3	—	—	—
5	Santa Marta	Santa Marta	Lisboa	Lisboa	00-06-1888	20-07-1889	239	21	1	—	—
6	Nossa Senhora da Quietação	Flamengas	Lisboa	Lisboa	—	22-07-1889	598	9	—	—	—
7	Salvador	Évora	Évora	Évora	10-10-1886	00-08-1889	—	—	—	—	—
8	S. José	Évora	Évora	Évora	18-10-1886	00-08-1889	—	—	—	—	—
9	—	Celas	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	4	—	—	—
10	Nossa Senhora do Carmo	—	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	7	—	—	—
11	S. Bento (Colégio de)	Coimbra	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	—	2	—	—
12	S. Bernardo (Colégio de)	Coimbra	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	2	—	—	—
13	S. Domingos (Colégio de)	Coimbra	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	2	—	—	—
14	S. Jerónimo	Castelo	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	9	—	—	—
15	S. Marcos	—	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	5	35	35	—
16	S. Paulo	—	—	Coimbra	—	00-10-1889	—	1	—	—	—
17	S. Simão	Junqueira	—	Coimbra	—	00-10-1889	—	—	—	1	—
18	Santa Ana	Coimbra	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	37	42	—	—
19	Santa Clara	Coimbra	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	39	1083	—	—

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arrecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
20	Santa Cruz	Coimbra	Coimbra	Coimbra	—	00-10-1889	—	195	2261	314	—
21	Santa Maria	Seiça	—	Coimbra	—	00-10-1889	—	3	36	—	—
22	Trindade	—	—	Coimbra	—	00-10-1889	—	—	17	—	—
23	Santa Ana	Campo de Santana	Lisboa	Lisboa	08-05-1884	05-11-1889	—	—	—	—	—
24	Santa Maria de Muhia	—	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	49	—	—	—
25	S. Martinho	Caramós	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	75	2	—	—
26	Santa Maria	Refóios	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	17	—	26	—
27	Santa Maria	Carvoeiro	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	83	—	—	—
28	Santa Maria	Miranda	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	8	—	—	—
29	S. Francisco	Vale de Pereiras	Ponte de Lima	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	22	—	—	—
30	Santa Cruz	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	39	—	17	—
31	S. Salvador de Ganfei	—	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	74	—	—	—
32	S. João	Cabanas	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	11	—	2	—
33	Santa Maria	Fiaes	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	20	—	5	—
34	S. João	Longos Vales	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	41	—	—	—
35	Santo António	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	—	—	4	—
36	S. Romão	Neiva	—	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	16	1	3	—
37	Santa Clara	Caminha	Caminha	Viana do Castelo	—	20-12-1889	4	4	—	—	—
38	Colégio Nossa Senhora do Carmo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	1	—	—	—
39	Colegiada de Santo Estevão	Valença	Valença	Viana do Castelo	—	20-12-1889	—	176	161	—	—
40	Santa Joana	Lisboa	Lisboa	Lisboa	15-03-1890	22-03-1890	—	—	—	—	—
41	Santo Alberto	Alcântara	Lisboa	Lisboa	24-04-1890	17-05-1890	1199	40	—	—	—
42	Santa Helena - Calvário	Évora	Évora	Évora	07-10-1889	25-05-1890	213	9	—	—	—

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arrecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
43	S. Bento de Castris	Évora	Évora	Évora	18-04-1890	20-12-1890	162	115	285	4	—
44	—	Alpendurada	—	Porto	—	24-09-1890	—	2	—	—	—
45	—	Paço de Sousa	—	Porto	—	24-09-1890	—	1	1	—	—
46	—	Grijó	—	Porto	—	24-09-1890	—	30	—	—	—
47	Santo Elói	—	—	Porto	—	24-09-1890	—	1	—	—	—
48	S. João	Foz do Douro	—	Porto	—	24-09-1890	—	1	—	—	—
49	—	Travanca	—	Porto	—	24-09-1890	—	3	—	—	—
50	S. Bento da Vitória	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	1	1	—	—	—
51	S. Salvador	Moreira	—	Porto	—	24-09-1890	—	1	—	—	—
52	Baliado	Leça	—	Porto	—	24-09-1890	1	2	2	—	—
53	S. Pedro	Cete	—	Porto	—	24-09-1890	—	—	1	—	—
54	—	Monchique	Paia	Porto	—	24-09-1890	—	3	—	1	—
55	S. Gonçalo	Amarante	Amarante	Porto	—	24-09-1890	—	1	—	—	—
56	—	Oliveira do Douro	—	Porto	—	24-09-1890	—	12	—	—	—
57	S. Francisco	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	11	—	—	—
58	S. Domingos	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	14	—	—	—
59	Congregação	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	14	—	—	—
60	Carmelitas Descalças	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	17	—	—	—
61	S. João Novo	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	20	—	—	—
62	Recolhimento do Asilo	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	5	—	—	—
63	—	Azurara	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	4	—	—	—
64	Nossa Senhora da Conceição	Matosinhos	—	Porto	—	24-09-1890	—	15	—	—	—

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
65	Nossa Senhora da Encarnação	Vila do Conde	Vila do Conde	Porto	—	24-09-1890	—	11	—	—	ref. como Conceição
66	—	Azurara	—	Porto	—	24-09-1890	—	2	—	—	—
67	Santo António	Vale da Piedade	—	Porto	—	24-09-1890	—	1	—	—	—
68	Santo Agostinho	Serra	—	Porto	—	24-09-1890	1	5	—	—	—
69	Nossa Senhora da Inua	Caminha	—	Porto	—	24-09-1890	—	1	—	—	—
70	—	Mão Poderosa	—	Porto	—	24-09-1890	—	2	—	—	—
71	S. Lourenço (Colégio de)	—	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	1	—	—	—
72	Nossa Senhora do Carmo	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	2	—	—	—
73	Santo António	Porto	Porto	Porto	—	24-09-1890	—	4	—	—	—
74	Diversos	—	Porto	Porto	—	24-09-1890	2	15	446	—	—
75	Santo Crucifixo/Francesinhas	Lisboa	Lisboa	Lisboa	00-03-1890	00-11-1890	688	29	—	—	—
76	S. Bento	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	—	23-04-1891	298	345	31	15	—
77	Santa Clara	Caminha	Caminha	Viana do Castelo	00-10-1889	26-06-1891	61	—	—	—	—
78	Salvador	Vairão	Vila do Conde	Porto	10-12-1891	29-12-1891	—	—	—	20	—
79	Santa Clara de Ara Coeli	Guimarães	Guimarães	Braga	09-09-1891	02-01-1892	107	96	—	1	DSR
80	Santa Teresa	Carnide	Lisboa	Lisboa	00-08-1891	06-02-1892	571	—	65	—	—
81	Nossa Senhora da Graça	Abrantes	Abrantes	Santarém	03-11-1891	10-05-1892	65	—	2	2	—
82	Nossa Senhora da Conceição	Beja	Beja	Beja	28-02-1892	11-05-1892	36	23	2	—	—
83	S. Bento da Ave Maria	Porto	Porto	Porto	18-05-1892	08-06-1892	744	67	—	62	—
84	Santa Eufémia	Ferreira de Aves	—	Viseu	27-04-1891	03-08-1892	183	24	60	1	—
85	S. Salvador	Braga	Braga	Braga	06-02-1893	21-02-1893	113	10	60	1	—
86	Luz	Arroios	Lisboa	Lisboa	09-06-1890	06-03-1893	742	39	2	—	—

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arrecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
87	Santa Clara	Vila do Conde	Vila do Conde	Porto	21-05-1893	06-06-1893	52	97	—	22	DSR
88	Diversos	Castelo Branco	—	Castelo Branco	—	02-06-1893	—	—	—	—	—
89	Santa Clara	Moura	Moura	Beja	—	11-10-1893	—	—	—	—	Distrito ref. como Moura
90	Santa Teresa	Coimbra	Coimbra	Coimbra	06-12-1893	18-01-1894	418	1	10	—	—
91	Corpus Christi	Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	08-01-1894	26-01-1894	363	228	23	19	—
92	Santa Maria	Arouca	—	Aveiro	—	04-03-1894	22	20	74	—	DSR
93	Coz	Coz	—	Leiria	24-05-1834	07-05-1894	—	35	1	—	—
94	Colégio da Conceição	Alcobaça	—	Leiria	—	07-05-1894	—	1	—	—	—
95	Santa Maria	Batalha	Batalha	Leiria	—	07-05-1894	—	4	—	—	—
96	Mosteiro de Alcobaça	Alcobaça	Alcobaça	Leiria	—	07-05-1894	—	8	1	—	—
97	Diversos	—	—	Leiria	—	07-05-1894	—	10	—	—	—
98	S. Bento	Aviz	Aviz	Portalegre	—	19-05-1894	—	10	1	—	—
99	Santo António	Crato	Crato	Portalegre	—	19-05-1894	—	13	—	—	—
100	Santo António	Fronteira	Fronteira	Portalegre	—	19-05-1894	—	11	—	—	—
101	Santa Maria	Portalegre	Portalegre	Portalegre	—	19-05-1894	—	1	—	1	—
102	Bom Jesus	Monforte	—	Portalegre	02-06-1802	19-05-1894	—	40	—	1	—
103	Santo António	Portalegre	Portalegre	Portalegre	—	19-05-1894	—	—	—	1	Na coluna Códices parece ter sido rasurado o n.º 11, provavelmente engano em relação ao valor do convento seguinte.

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
104	—	Sousel	—	Portalegre	—	07-05-1894	—	11	—	—	—
105	S. Bernardo	Portalegre	Portalegre	Portalegre	28-08-1879	19-05-1894	—	109	—	1	—
106	S. Paulo	Elvas	Elvas	Portalegre	—	19-05-1894	—	33	—	1	—
107	S. Domingos	Elvas	Elvas	Portalegre	—	19-05-1894	—	16	—	1	—
108	Nossa Senhora da Penha de França	Penha de França	—	Lisboa	—	19-05-1894	—	9	—	—	—
109	Santa Clara	Funchal	Funchal	Funchal	17-10-1890	00-06-1894	—	100	—	—	—
110	Encarnação	Funchal	Funchal	Funchal	17-10-1890	00-06-1894	—	46	—	—	—
111	S. Domingos das Donas	Santarém	Santarém	Santarém	20-04-1895	07-05-1895	582	17	—	—	—
112	Santa Ana	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	13-06-1895	27-06-1895	683	9	—	1	—
113	Nossa Senhora da Graça	Torrião	Alcácer do Sal	Lisboa	13-10-1882	03-11-1895	—	—	—	—	—
114	Santa Maria	Arouca	—	Aveiro	—	05-03-1896	43	181	—	1	—
115	S. Domingos	—	—	Aveiro	—	05-03-1896	—	3	—	—	—
116	S. Martinho do Couto	—	—	Aveiro	—	05-03-1896	—	6	—	—	—
117	Espírito Santo	—	—	Aveiro	—	05-03-1896	—	13	—	—	—
118	Jesus	Aveiro	Aveiro	Aveiro	—	05-03-1896	—	1	—	1	—
119	Nossa Senhora do Carmo	Aveiro	Aveiro	Aveiro	—	05-03-1896	—	—	—	1	—
120	Santa Clara	Vinhais	—	Bragança	03-02-1879	16-05-1896	—	7	5	—	—
121	Santa Clara	Bragança	Bragança	Bragança	29-12-1864	16-05-1896	—	12	748	5	—
122	S. Bento	Bragança	Bragança	Bragança	20-08-1854	16-05-1896	—	47	768	8	—
123	S. Francisco	Mogadouro	—	Bragança	27-03-1834	16-05-1896	—	1	56	—	—
124	S. Francisco	Bragança	—	Bragança	—	16-05-1896	—	—	—	3	—
125	Flores	—	—	Bragança	—	16-05-1896	—	—	—	3	DSR

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arrecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
126	Comenda	Carregosa	—	Bragança	—	16-05-1896	—	1	—	—	DSR
127	Comenda	Arreiaes	—	Bragança	—	16-05-1896	—	1	—	—	DSR
128	Comenda	Masagão	—	Bragança	—	16-05-1896	—	1	—	—	DSR
129	Comenda	Abreiro	—	Bragança	—	16-05-1896	—	2	—	—	DSR
130	Comenda	Freixiel	—	Bragança	—	16-05-1896	—	1	—	—	DSR
131	Comenda	Algozo	—	Bragança	—	16-05-1896	—	1	—	—	DSR
132	Comenda	Mata	—	Bragança	—	16-05-1896	—	3	—	—	DSR
133	Diversos	—	—	Bragança	—	—	—	—	15	—	DSR
134	Bom Jesus	Bom Jesus	Viseu	Viseu	30-06-1896	10-06-1896	560	170	—	27	—
135	Santa Clara	Beja	Beja	Beja	01-02-1893	10-06-1896	28	72	—	3	—
136	Santa Clara	Guarda	Guarda	Guarda	27-01-1885	07-08-1896	8	10	—	—	—
137	Madre de Deus	Vinhó	—	Guarda	02-04-1862	07-08-1896	—	2	—	—	—
138	S. Luís	Pinhel	Guarda	Guarda	05-02-1836	07-08-1896	—	3	—	—	—
139	Santa Clara	Trancoso	Guarda	Guarda	13-10-1864	07-08-1896	—	2	22	—	—
140	Nossa Senhora do Couto	Gouveia	Guarda	Guarda	—	07-08-1896	—	1	—	—	—
141	Nossa Senhora da Conceição	Chaves	—	Vila Real	00-04-1892	28-08-1896	134	12	149	—	—
142	Nossa Senhora da Assunção	Semide	Miranda do Corvo	Coimbra	22-08-1896	28-08-1896	1320	106	8	67	—
143	Nossa Senhora da Esperança	Beja	Beja	Beja	21-06-1896	30-03-1897	189	87	—	—	—
144	Visitação de Santa Maria	Salésias	Lisboa	Lisboa	23-06-1896	30-08-1897	681	—	—	—	—
145	Santa Maria	Lorvão	Penacova	Coimbra	—	23-11-1897	495	51	—	—	—
146	Santo Elói	Coimbra	Coimbra	Coimbra	06-06-1885	24-11-1897	—	—	—	1	—
147	Santa Ana	—	—	Coimbra	06-06-1885	24-11-1897	—	3	—	—	—

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arrecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
148	S. Miguel da Ribeira	—	—	Coimbra	06-06-1885	24-11-1897	—	1	—	—	—
149	Capela da Nazaré	—	—	Coimbra	06-06-1885	24-11-1897	—	—	1	—	—
150	Diversos	—	—	Coimbra	—	24-11-1897	—	11	15	—	—
151	Santa Cruz	Coimbra	—	Coimbra	—	24-11-1897	—	—	—	—	—
152	Paraíso	Évora	Évora	Évora	19-11-1897	17-12-1897	611	87	—	12	—
153	Nossa Senhora da Natividade	Tentúgal	Montemor-o-Velho	Coimbra	18-02-1898	09-03-1898	181	61	—	4	—
154	Santa Clara	Portalegre	Portalegre	Portalegre	21-08-1898	06-10-1889	—	54	74	—	—
155	Paraíso	Évora	Évora	Évora	—	04-12-1899	—	—	—	—	—
156	Jesus	Monforte	—	Portalegre	—	10-12-1899	—	1	—	—	DSR
157	Jesus, Maria, José (Desterro)	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	10/15/1900	11/2/1900	565	6	4	—	—
158	Bom Jesus	Viana do Alentejo	Viana do Alentejo	Évora	1/2/1902	3/26/1902	395	22	20	1	—
159	Santa Teresa	Braga	Braga	Braga	2/26/1902	3/5/1902	5	7	—	2	—
160	Desagravo	Santo Eufásio	1.º Bairro	Lisboa	11/23/1901	—	—	—	—	—	—
161	Santa Clara	Santarém	Santarém	Santarém	4/18/1902	9/12/1902	204	19	—	2	—
162	Santa Clara	Évora	Évora	Évora	9/21/1903	10/17/1903	—	—	—	—	—
163	Chagas	Vila Viçosa	Vila Viçosa	Évora	2/8/1906	6/3/1908	2	—	—	—	* Indicação lateral: «No Archivo T. Tombo»
164	Chagas	Lamego	Lamego	Viseu	6/9/1906	8/1/1908	6	—	—	—	* Indicação lateral: «No Archivo T. Tombo»

N.º Ordem	Invocação	Localidade	Concelho	Distrito	Data Extinção	Data Arrecadação	N.º Livros	N.º Códices	N.º Docs Avulsos	N.º Maços	Observ.
165	Colegiada de Barcelos	Barcelos	Barcelos	Braga	2/16/1906	7/17/1906	—	—	—	—	* Indicação lateral: «No Archivo T. Tombo»
166	S. Martinho	Crasto	—	Viana do Castelo	—	—	—	—	—	—	—
TOTAIS							15759	3887	6593	703	

DSR - Sem Distrito Referenciado.

Actualizou-se a grafia; efectuaram-se alterações pontuais - portanto não sistemáticas - visando corrigir erros, omissões ou lacunas mais nas designações do que nos números; quando não existia referenciada a invocação colocou-se a designação do convento constante no auto.